

## A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO E ACULTURAÇÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.

Maria Girlene Callado da Silva, Maria Iveni de Lima Silva, Vanessa Azevedo Cabral da Silva

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA E-mail: [girlenecallado@hotmail.com](mailto:girlenecallado@hotmail.com)*

*Universidade Federal de Pernambuco-UFPE/ CAA E-mail [ivenilima@gmail.com](mailto:ivenilima@gmail.com)*

*Universidade Norte do Paraná, [vanessaazevedocabral@gmail.com](mailto:vanessaazevedocabral@gmail.com)*

**Resumo:** Este artigo é fruto de compreensões-reflexões de uma pesquisa realizada na disciplina Etnologia Brasileira, no curso de Especialização em Ensino de Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas, oferecida pela Universidade de Pernambuco (UPE), que tem como objeto: a as discussões sobre assimilação e aculturação dos povos indígenas no Brasil. Para tanto, temos como objetivo geral: analisar a luz dos teóricos estudados, como os povos indígenas são vistos em nossa sociedade. E como específicos: I) compreender o processo de assimilação e aculturação na formação da identidade dos povos indígenas no Brasil, e II) e identificar como as cotas aparecem dentro dessa discussão. O aporte teórico se apresenta a partir dos autores: Castro (2003); Fernandes (2007); Filho (1992); Nascimento (1953); Schaden (1967). O procedimento metodológico de coleta dos dados foi à entrevista semiestruturada. As argumentações aqui desenvolvida sobre a construção histórica dos povos indígenas no Brasil, inserem-se pois, em um duplo movimento de continuidade e ruptura, de reafirmação de reelaboração em relação a importância de conhecer as diferentes etnias e a sua relação com a nossa existência hoje. O resultado da pesquisa nos possibilitou identificar que as práticas preconceituosas contra os povos indígenas têm sido modificadas, uma vez que não aparecem inferências de uma visão etnocêntrica por parte dos entrevistados. Que a assimilação tem sido concretizada de maneira que o reconhecimento, vem tomando o lugar de princípio nos diálogos entre as diferentes culturas, e as cotas são vistas como uma política que tenta equiparar os danos causados aos indígenas no decorrer dos séculos.

**Palavras-chave:** Assimilação, Aculturação e Povos Indígenas.

### 1- Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo as discussões sobre a assimilação e aculturação dos povos indígenas no Brasil. Este é resultado de compreensões-reflexões de uma pesquisa realizada na disciplina Etnologia Brasileira, no curso de Especialização em Ensino de Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas, oferecida pela Universidade de Pernambuco UPE.

Falar hoje nos indígenas do Brasil significa falar de uma diversidade enorme de povos e etnias que habitam essas terras há muitos anos. Os povos indígenas vivem hoje uma realidade diferente daquela que enfrentaram com a pressão colonial que escondiam e negavam suas identidades.

Ao longo dos tempos, as formações de relações sociais foram determinando o surgimento de novas identidades como os índios. E na medida em que estes estavam em processo de configuração de suas culturas as relações de hierarquias e dominação correspondente as suas identidades foram também aparecendo.

As relações características de um patriarcado colonizado pelos portugueses, típicas da nossa sociedade brasileira, nos faz refletir que ainda vivemos cercados de preconceitos, racismos e discriminações o que impedem o indígena ocupar o espaço que por muito tempo já deveria ter ocupado. Nesse sentido, cabe-nos ressaltar que:

[...] construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as) (GOMES 2005, p. 43).

Inferimos a parti da citação de Gomes (2005) que a falta de uma discursão objetiva onde as pessoas compreendam que os direitos são para todos e que a povos indígenas e negros precisam ser respeitados com a sua dignidade de pessoa de direito, assim como outras etnias e povos, em muitos casos faz com que os sujeitos acabem pensando que os indígenas, negros e brancos devam ocupar lugares opostos em nossa sociedade, tornando essa situação naturalizada como podemos perceber esses fatores nas situações que nos cercam no dia-a-dia, na representatividade do negro ou o índio ainda como um ser ainda visto por alguns como subalternizado e inferior.

Por essas razões buscamos como objetivo geral: analisar a luz dos teóricos estudados, como os povos indígenas são vistos em nossa sociedade. E como específicos: I) compreender o processo de assimilação e aculturação na formação da identidade dos povos indígenas no Brasil; e II) e identificar como as cotas aparecem dentro dessa discussão.

Nesse seguimento, nosso texto está organizado de modo que o leitor compreenda o desenho metodológico que tomamos para realização dessa pesquisa, em seguida a discussão e resultados de nossos estudos e por fim as possíveis conclusões as quais chegamos por ora.

## **2- Metodologia**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, pautamos a metodologia a partir da abordagem qualitativa que é profícua para se compreender os estudos sociais, nesse sentido Minayo ressalta que:

[...] este tipo de pesquisa trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (2009, p.21)

A abordagem qualitativa por sua vez esta pautada em uma perspectiva que concebe o conhecimento como sendo um processo que vai se construindo pelos sujeitos em suas interações cotidianas. Para os procedimentos de coleta de dados utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada. Para o levantamento dos dados, elegemos como sujeitos de pesquisas 2 estudantes e 2 professores que estão de alguma forma ligados a temática das relações étnico raciais.

Dentro das questões a serem analisadas, utilizamos nesta pesquisa a perspectiva de análise do conteúdo em (FRANCO 2008): “tem como ponto de partida a mensagem - seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (p.19). Estas podem expressar um significado e um sentido que deverá ser interpretado, considerando-se as condições textuais, sob uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Levamos em consideração para esta pesquisa, a organização da análise proposta por (BARDIN 1977), quando nos mostra as fases que conferem significados aos dados coletados são elas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

### **3- Resultados e discussão**

Ao dialogar sobre as questões das relações interétnicas dos indígenas compreendemos, portanto que a aculturação é um caminho que pressupõe um sistema cultural para outro, e que pode acontecer pelos fatores externos. No entanto, essa transformação cultural pode provocar desconfortos ou até mesmo uma crise de identidade nos indígenas, isto ocorre segundo Schaden (1967) por que:

[...] a crise de personalidade se torna efetiva a partir do momento em que o índio já não considera evidente e indiscutível que as instituições e os valores de origens são os únicos válidos para por eles orientar o seu comportamento, conceber o tipo de personalidade ideal, dar sentido a vida. (p.9)

Nesse sentido, percebemos que o processo de aculturação podem causar condições favoráveis ou desfavoráveis para os sujeitos que estão no processo de mudança de cultura.

Essas mudanças e a comparação com o homem branco podem trazer ainda para os indígenas considerados marginais<sup>1</sup> uma crise psicológica que pode afetar seu comportamento dentro de sua própria comunidade.

Essa crise de identidade é observada, por exemplo, na história do índio Tiago Marques Aipobureu, pertencente à tribo dos Bororo, que ao sair de sua comunidade ficando em contato com o homem branco, ao voltar, aparece com outros costumes que não pertencem a sua comunidade, e por mais que tenta-se não conseguia se adaptar a sua antiga vida.

O fenômeno da aculturação por sua vez, tem influência direta com os povos indígenas uma vez que, as adoções mútuas de costumes pertencentes à cultura diferentes podem levar a homogeneização dessas, de forma que a cultura de um sofre ou exerce influência sobre a construção cultural do outro. Os costumes do branco, por exemplo, impediram por muito tempo que os indígenas e o negros buscassem um reavivamento de sua cultura como podemos inferir a parti de Schaden 1967:

[...] entre eles, porém, os fenômenos de messianismo, em que não há quase anseios de revivalismo da cultura de origem, mas a pretensão de usufruir as prerrogativas e a situação vantajosa dos brancos, constituem inequívocas demonstração de tenaz resistência à assimilação (p. 13)

O processo de modelagem que as culturas passam é resultante do fenômeno de aculturação, o que nem sempre leva os indivíduos a uma assimilação cultural, ou seja, o processo pelo qual um grupo assimila ou adota os hábitos de outros grupos. O que não significa dizer que a adoção dos traços culturais diferentes resulta no abandono ou substituição de outro aspecto cultural.

O processo de aculturação, que atingiu de várias maneiras a mudança cultural e a assimilação dessas culturas, podem ser reconhecidos e vistos na maneira como o indígena se veste, como constroem suas casas, o abandono da língua nativa e outros. E por outro lado, observamos que essa aculturação, tem feito com que a sociedade atual adotasse algumas palavras indígenas ou até mesmo conhecimentos populares sobre medicina oriunda da cultura indígena.

No processo de assimilação dos indígenas junto à sociedade percebemos através da interação social, que muitos preconceitos ainda perpassam essa relação. É como se o índio

---

<sup>1</sup> O marginal é um homem que se situa na divisa de duas raças, na margem de duas culturas, sem pertencer a nenhuma delas (FERNANDES, 2007, p. 293).

fizesse parte de nossa sociedade, porém por serem aculturados muitos pensam que estes não fazem parte de sua cultura ou deixaram de ser índio. Ouvem-se muito nos dias de hoje que índio tem que ter cocar, usar penas, andar descalços e enfim, uma série de características que fazem parte de algumas das identidades indígenas, mas que não revela tudo sobre eles.

O ser índio como afirma Castro (2005, p.3): [...] não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotificante, mas sim uma questão de “estado de espírito.” Um modo de ser e não um modo de aparecer. Inferimos a partir dessa citação que, o olhar do povo para o índio deve ir além da maneira de vestir, mais compreender seu modo de ser.

O processo de assimilação entendido aqui como um processo que um grupo incorpora da cultura do outro a partir da aculturação, é discutida pelos autores de modo que nos mostram o comportamento dos indígenas quando submetidos a uma realidade a qual não faziam parte, a assimilação acontece de fato quando os indígenas saem de seu lugar e vão viver em outro como no exemplo dos povos Terena citado por Nascimento (1955).

O processo de assimilação para os índios brasileiros trouxeram-lhe algumas preocupações, pois à medida que os órgãos protetores desses, os protegiam dos atritos entre os grupos, não foram capazes de protegê-los das crises geradas pelos princípios de mudanças culturais, ou seja, na medida em que os índios iam assimilando a cultura do branco, tinham sua identidade aos poucos silenciada.

Notamos, portanto que as influências da aculturação culminadas em uma assimilação, conduziram em muitas situações, a perda a identidade étnica, e o fato dos índios passarem a vivenciar em suas práticas sociais, costumes de outra cultura, levou os brancos a questionarem que estes não seriam mais índios.

Convém destacar que a presença de grande variedade de relações aculturativas existe de uma tribo para outra e a assimilação efetiva ainda é algo duvidosos conforme podemos perceber na fala de Schaden (1967):

[...] o que, porém, o estudo da aculturação dos índios brasileiros vem revelando com evidencia cada vez maior é que a concomitante reorientação do sistema cultural não se manifesta, quer no plano das relações interétnicas, quer na consciência do aborígene, como assimilação propriamente dita, e isso a ponto de tornar cada vez mais duvidosa a possibilidade de uma assimilação realmente efetiva (p.11).

A assimilação aparece de duas formas, uma pelo reconhecimento da própria sociedade e outra por parte dos próprios índios em aceitar as mudanças que lhe são impostas. Essas mudanças implicam o combate a muitos preconceitos que existem ainda hoje, ou seja, assumir atitudes de autoafirmação em uma sociedade ainda muito preconceituosa não é nada fácil.

Compreender a construção da identidade indígena, é entender que a política de identidade se baseia na suposição de que as identidades são aspectos essenciais para os sujeitos. Esta é uma discussão que ainda tem muito que se falar, discutir, refletir e principalmente expor um diálogo na perspectiva Intercultural crítica perante aos modelos de racionalidade postos na sociedade.

Como sabemos nos dias atuais muitos indígenas saem de suas comunidades e aldeias para estudarem, o que tem gerado muitos debates, tanto em torno da questão aculturativa, onde o branco com a sua antiga visão romântica sobre os índios concebe os mesmos como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco, quanto nas questões relacionadas ao direito à educação.

Vivemos em uma sociedade, onde os indivíduos costumam olhar para os outros grupos e discrimina-los ou tratar com preconceitos, isto é, vivemos cercados por pessoas que tem uma visão etnocêntrica predominante no mundo ocidental europeu e poucas delas com uma visão relativista de ver o outro. A respeito desses dois pontos destacados nas últimas linhas, percebemos que esta visão permeiam muitas posturas, a exemplo disso, quando discutimos as cotas raciais.

Se historicamente retomarmos o processo social, o qual esta permeada por práticas eurocêntricas e colonizadores que embranquecem e silenciam o diferente, negando a cultura e identidade dos seres aculturados, as cotas enquanto uma política de ação afirmativa, aparece como uma luta desses povos para ocupar seu lugar de direito, até mesmo dentro da escola como população inclusa, que participa e tem sua cultura e linguagem respeitada no processo educacional.

As cotas, nesse sentido, surgem como uma forma de equiparar os indígenas aos demais povos e reparar os danos que o processo civilizador causou ao longo dos tempos. As cotas são o ponto de partida para se refletir sobre o enfrentamento das desigualdades que estão associadas à exclusão e discriminação racial.

Nos últimos anos houve um aumento considerável nas discussões em torno das cotas raciais e sociais, tendo em vista que diversas pessoas as consideram privilégio para os

usuários, assim como um atestado de incapacidade, já que as cotas são vistas como uma ajuda, um ‘empurrãozinho’ que proporciona aos indígenas, e negros ocuparem alguns espaços na sociedade.

Nesse sentido, enfatizamos alguns elementos que nos permitem analisar a importância do sistema de cotas. Primeiramente, destacamos que o nosso país possui uma dívida histórica com os povos negros e indígenas. Foram cerca de 400 anos de escravidão, na qual diversos estereótipos foram forjados e perseguem os negros e os indígenas até a atualidade.

Enfatizamos que o sistema de cotas visa proporcionar uma reflexão no que concernem as disparidades entre as oportunidades sociais de diversos grupos sociais e étnicos. Nesse sentido, ao questionar alguns sujeitos sobre o que pensam a respeito do sistema de cotas raciais e sociais nas universidades e em setores público, e obtemos que:

[...] o sistema de cotas é o reconhecimento institucional da existência de barreiras socioeconômicas e raciais na nossa sociedade. A ideia não é colocar o negro a frente dos demais concorrentes brancos, mas equiparar, para que a partir desse tempo eles possam competir de igual para igual (Extrato da entrevista do S1, Março, 2017).

[...] eu vejo nas cotas raciais uma importante política pública de igualdade em longo prazo, onde veremos oportunidades igualitárias para todas e todos no futuro. (Extrato da entrevista do S2, Março, 2017).

Diante da colocação de S1, e S2 percebemos que ambas, veem o sistema de cotas como um regulador das desigualdades sociais, colocando os sujeitos em uma condição de igualdade. Nesse caso encaminhando suas reflexões para uma visão relativista de ver esse sistema de cotas.

Ao serem questionados sobre como o sistema de cotas contribuem para reafirmar os direitos dos indígenas. O S4 responde:

Quando falamos em cotas, pensamos logo em um sistema que facilita a vida dos sujeitos, mais se olharmos para a história que marcaram a vidas dos negros e indígenas percebemos que as cotas são apenas uma das maneiras para reparar os danos que estes sofreram ter escolas e faculdades que recebam esses alunos é um avanço significativo. (Extrato da entrevista do S4, Março, 2017).

Diante dessa fala, é inegável não perceber os avanços de inclusão social e as conquistas no âmbito das políticas de ações afirmativas nos últimos anos, destacadamente no campo do acesso à educação superior por parte de segmentos sociais historicamente excluídos, como são os povos indígenas. No entanto, somente em 2012 foi criada uma lei que obriga as instituições de ensino superior federais a reservarem vagas para índios que estudaram na rede pública, a chamada Lei de Cotas (Lei 12.711).

O fator reparar os aspectos discriminatórios que impediram por muitos anos os indígenas de chegarem às universidades e a sociedade num geral vem sendo discutida na fala da S3 que ao falar sobre cotas destaca que:

[...] na verdade quando se fala de cotas o que vem a cabeça logo no começo é que seja elas sociais ou raciais, a grande questão é como a gente pensa o diferente, o que mais incomoda as pessoas nessas questões das cotas, é como essa diferença vem nos tocar. As pessoas não olham para o outro e não se põem no seu lugar. O que mais se questiona é isso. As pessoas se incomodam com o outro, com o diferente. Muitas pessoas dizem que as cotas são um privilegio, eu não concordo, não acho que seja privilegio de jeito nenhum, porque pra mim é equidade, uma equidade que busca a igualdade que nesse sentido se baseia numa sociedade injusta e dividida e cheia de desigualdades, sociais e de todos os parâmetros possíveis, portanto para mim as cota é uma busca de anular ou tentar minimizar as desigualdades sociais em todo plano econômico. (Extrato da entrevista do S3, Março, 2017)

Em sua fala S3 nos revela que as cotas existem como uma maneira que o sistema encontrou para tentar reparar todo o mal que ele mesmo causou aos índios e negros. Mas é importante ressaltar que elas as (cotas) não podem ser tidas como um fim em si mesmo, não podem se esgotar ou aparecer como uma solução única das tantas formas de desigualdades que existem. É preciso que outras práticas também sejam levadas em consideração.

Nas falas de todos os sujeitos, percebemos que há reconhecimento às outras culturas, de modo que consideram as cotas um importante meio para reafirmar o direito que os indígenas têm em nossa sociedade. Nesse sentido: o direito de cada uma das nações indígenas, indissolivelmente ligados às práticas culturais, é o resultado de uma vivência aceita e professada por todos os habitantes igualmente. (FILHO 1992, p.155). A citação deixa evidente que quando há uma assimilação cultural por parte dos grupos, o convívio social torna-se mais respeitoso e igualitário.

Contudo analisando as falas dos quatro sujeitos que fizeram parte de nossa pesquisa, inferimos que o indígena tem aos poucos, ocupado o lugar que por muito tempo lhes foi negado em nossa sociedade muito excludente e preconceituosa, e as cotas aparece como uma política que vem contribuir segundo os sujeitos, para a afirmação desse direito silenciado.

#### **4- Conclusões**

É certo que muitos estereótipos em relação aos indígenas ainda persistam, mas apesar de terem sofrido, com esses silenciamentos e eurocentrismos, as falas dos sujeitos entrevistados deixam evidente que estas práticas têm sido aos poucos modificadas, uma vez que não aparecem inferências de uma visão etnocêntrica por parte dos entrevistados, o que eu não significa dizer que não haja preconceitos outros, mas o fato é que assimilação tem sido concretizada de maneira que o reconhecimento tomem o lugar de princípio nos diálogos entre as diferentes culturas.

As argumentações aqui desenvolvida sobre a construção histórica dos povos indígenas no Brasil, inserem-se pois, em um duplo movimento de continuidade e ruptura, de reafirmação de reelaboração em relação a importância de conhecer as diferentes etnias e a sua relação com a nossa existência hoje.

Em suma, o que é hoje o Brasil são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo" ( CUNHA, 1982, p.12). Ou seja a nossa cultura, é fruto das relações que existiram entre os diferentes povos, que aos poucos foi dando corpo ao que temos hoje. Trata-se de construir um quadro teórico que seja possível sustentar concepções de uma historiografia como um espaço tempo de saberes necessários para o entendimento da construção sócio histórica desses povos que primeiro habitaram nossas terras.

De fato esse é o caminho, para se compreender as experiências que provém das relações interétnicas e os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos no decorrer da história. Os processos de reafirmação dos indígenas pelos direitos conquistados estão mesmo que em passos lentos retomando atitudes e comportamentos mais positivos o que nos faz pensar num horizonte sócio cultural mais promissor.

Por fim, compreendemos a complexidade que cerca essas questões de assimilação e aculturação, e salientamos que os estudos não se esgotam por aqui, é necessário que aprofundamentos outros sejam feitos para se entender e refletir sobre esse assunto.

## Referências

CUNHA, M. C. da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1982.

FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a12v19n2.pdf> . Acesso em: 14 de março de 2017

FILHO. C. F. Marés de Souza O Direito Envergonhado o Direito e os Índios no Brasil. 1992.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. O processo de assimilação dos terenas: as múltiplas configurações da fricção interétnica. 1955. Disponível em: <http://revistatrias.pro.br/artigos/ed-4/O-processo-de-assimilacao-dos-Terena.pdf>. Acesso em 14 de Março de 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terenas;** (prefácio de Darcy Ribeiro). Rio de Janeiro, 2 ed. Revisada. 1976.

SCHADEN, Egon, Aculturação e assimilação dos índios no Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n.2 1967 – Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45636/49234>. Acesso em: 13 de março de 2017.